



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 13 de março de 2013

Em 15 dias a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital da Polícia Militar (HPM) deverá suspender as suas atividades, pelo menos até que o Comando da Polícia Militar e o Ipesaúde cheguem a um consenso de como ficarão as escalas de intensivistas naquela casa de saúde.

Segundo o assessor de comunicação da PM, major Paulo Paiva, o problema é que os 10 médicos militares que atuam na UTI do HPM estão em desvio de função e estão trabalhando de forma improvisada como intensivistas. “O Comando determinou que os oficiais, do quadro de saúde, que são médicos, que foram concursados para fazer o atendimento ambulatorial do HPM, fossem retirados da escala da UTI, onde eles trabalhavam



■ Hospital da Polícia Militar terá UTI suspensa por 15 dias

apenas como um ‘improvisado’ já que eles não são intensivistas e não possuem uma capacitação técnica profissional específica para atender naquele setor”, afirmou.

Ele revelou que a UTI do HPM possui seis leitos, sendo que somente quatro estão funcionando e só dois possuem respiradores artificiais. “O HPM é um hospital de média complexidade. Pela legislação vigente, ele não precisa, necessariamente, dispor de UTI. A maior demanda do HPM é o atendimento ambulatorial. Quando o Ipesaúde fechou sua urgência na Rua Campos, o atendimento passou a ser feito no HPM. Essa nova deman-

da, que inclusive precisa do atendimento de urgência e laboratorial, gerou a necessidade da instalação de uma UTI”, relembra.

A decisão da devolução dos médicos aos seus reais locais de trabalho, pelo Comando da PM, foi publicada no Boletim Geral Ostensivo da última quinta-feira, dia 07 de março. “Foi dado um prazo de 15 dias para os oficiais médicos retornarem ao atendimento ambulatorial para o qual eles foram concursados. Há alguns meses atrás, alguns desses profissionais, que estavam nessa escala, por iniciativa própria, ingressaram com ações judiciais e obtiveram decisões



UTI POSSUI SEIS LEITOS, SENDO QUE SOMENTE QUATRO ESTÃO FUNCIONANDO E SÓ DOIS POSSUEM RESPIRADORES ARTIFICIAIS

eliminarem que eles não fossem escalados para a UTI, exatamente sob o argumento de estarem em desvio de função”, ressaltou.

Major Paiva revelou ainda que o Ministério Público Estadual, no final de outubro do ano passado, ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Ipesaúde, determinando inclusive o concurso ou contratação temporária de médicos e enfermeiros, além de uma equipe multidisciplinar, para que a UTI funcionasse em plenas condições. “Esperamos que encontremos junto a Ipesaúde uma forma de contratar legalmente médicos intensivistas especializados para que o serviço na UTI possa ser retomado”, completou.

• Ipesaúde

De acordo com o presidente do Ipesaúde, Vinicius Barbosa de Melo, não há como o convênio colocar médicos em local que não está sob a sua gerência. “Legalmente uma autarquia como o Ipesaúde não pode colocar funcionários para trabalhar lá. No HPM tem pacientes do Ipesaúde porque nós contratamos o serviço do Hospital. Nós pagamos por isso. O HPM não prestando o serviço, iremos transferir para outros hospitais. Nós temos contratos com todos os outros hospitais. Temos muitas opções para este atendimento”, completou.

Atendimento da UTI do HPM será suspenso em 15 dias

